



**COSTA, Maria Teresa. 50 mil famílias atendem critérios.
Correio Popular, Campinas, 01 jul., 2001.**

50 mil famílias atendem critérios

A Secretaria de Educação de Campinas já está prevenindo problemas e frustrações na seleção das famílias que serão inscritas no Programa Bolsa Escola em Campinas. Pelo menos 50 mil famílias se encaixam nos critérios definidos pelo Ministério da Educação para receber o benefício, mas apenas 6.617 famílias poderão receber a bolsa escola, conforme a cota definida para Campinas pelo Ministério. Na Região Metropolitana, Campinas é o único município que ainda não iniciou os procedimentos necessários a inclusão das famílias no Programa Bolsa Escola.

“Estamos com problemas para encontrar um critério de inclusão no programa que seja justo e não gere expectativas na população”, diz a secretária Corinta Geraldí. A tendência será priorizar os bolsões de miséria existentes em Campi-

nas, ou seja, famílias que vivem em ocupações e convivem com o desemprego. Pelos cálculos da secretária, o Ministério da Educação repassará, em média, R\$ 198,5 mil mensais para as famílias. “É um dinheiro que representa quase nada no enfrentamento da miséria. Mas é um dinheiro do povo, que Campinas ajudou a recolher com os impostos e que não podemos deixar de usar”, informa.

O cadastramento das famílias começará esse mês e será feito nas escolas. O município vai adotar o Bolsa Escola, projeto nascido no Partido dos Trabalhadores, com Cristóvão Buarque, em Brasília. A intenção inicial era “prefeitalizar” esse projeto, ou seja, com recursos do município implantar um programa social que enfrentasse a evasão escolar e ao mesmo tempo significasse um benefício às famílias de baixa renda.

“Mas não temos recursos para isso”, lamenta Corinta. Assim, o projeto de lei para que a Prefeitura possa integrar o Programa Bolsa Escola será enviado à Câmara Municipal esse mês e terá início o cadastramento das famílias. Embora os recursos sejam poucos, a procura já começou na Prefeitura. Conforme a secretária existem famílias que estão telefonando, buscando informações e cobrando a inclusão no programa. “Infelizmente teremos que adotar um critério de corte”, diz.

A diretora do Departamento de Educação e Cidadania, Lise Roy, lembra que embora existam críticas ao programa porque ele é coercitivo e pode não criar na família uma consciência da necessidade de educação, os R\$ 15,00 que a família receberá por cada filho que estiver na escola poderão significar a compra de uma cesta básica. (MTC)